COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

PROJETO DE LEI Nº 731, DE 2015

Apensado: PL nº 747/2015

Altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para incluir a sustentabilidade ambiental entre as diretrizes estabelecidas no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, e para dispor sobre a precedência, na utilização dos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, dos projetos e programas que demonstrem a sustentabilidade ambiental do empreendimento habitacional.

Autor: Deputado RODRIGO GARCIA

Relator: Deputado LEUR LOMANTO JÚNIOR

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 731, de 2015, pretende incluir, no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, diretrizes que estimulem a adoção de iniciativas de sustentabilidade ambiental dos empreendimentos habitacionais.

Para tal, modifica a Lei nº 11.124, de 2005, que trata do referido sistema, incluindo a sustentabilidade ambiental entre as diretrizes a serem observadas na estruturação do SNHIS. Inclui também, entre os critérios de preferência na aplicação dos recursos, a precedência de projetos que prevejam a sustentabilidade ambiental do empreendimento sobre os demais.

À proposição principal encontra-se apensado o Projeto de Lei nº 747, de 2015, que também altera a Lei nº 11.124, de 2005, que trata mais especificamente da preservação de recursos hídricos e de seu uso racional nos empreendimentos habitacionais.

A matéria foi distribuída à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que a aprovou na forma de Substitutivo. Foi, a seguir, distribuída a esta Comissão de Minas e Energia. Será, posteriormente, apreciada pelas Comissões de Desenvolvimento, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Os textos tramitam em regime ordinário, sujeitos à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Compete-nos, pois, examinar as proposições nos termos do art. 32, inciso XIV do Regimento Interno. Transcorrido o prazo regimental, não foram oferecidas emendas às mesmas.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, voltado à promoção das condições de acesso à habitação para população de menor renda, é articulado pelo Ministério das Cidades e coordena as fontes de recursos destinados a projetos de moradia para população de menor renda. Os recursos são aplicados de forma descentralizada, pelos estados e municípios que firmam termo de adesão ao sistema.

A proposição principal, oferecida pelo nobre Deputado RODRIGO GARCIA, altera parágrafo do art. 4º da Lei nº 11.124, de 2005, prevendo, entre as diretrizes a serem observadas na estruturação do SNHIS, a sustentabilidade ambiental.

Também insere dispositivo no art. 11 da mesma lei, determinando a precedência de empreendimentos habitacionais que atendam a critérios de sustentabilidade sobre os demais projetos.

O texto apensado, oferecido pela ilustre Deputada REJANE DIAS, insere dispositivos nos mesmos artigos. No art. 4º da Lei nº 11.124, de 2005, prevê a observância do princípio de preservação dos recursos naturais, em especial recursos hídricos, e de diretrizes de adequação dos SNHIS com os planos diretores de drenagem urbana, de capacitação de órgãos de gestão de

recursos hídricos e de instituição de programas de conservação e uso racional dos recursos hídricos nos projetos habitacionais.

Já no art. 11 da mesma lei, a proposta pensada prevê a implantação de sistemas autônomos de captação de águas pluviais.

O projeto também modifica dispositivos da Lei nº 9.433, de 1997, que trata da Política Nacional de Recursos Hídricos, prevendo metas de racionalização, coleta e reuso de água pluvial e o reaproveitamento de águas servidas.

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pronunciou-se pela aprovação de ambos os textos, na forma de Substitutivo que incorpora as contribuições de ambos. Desse modo, os doutos membros daquele colegiado chegaram a uma redação que atende à preocupação de ambos os autores.

A iniciativa contribui para atender aos princípios constitucionais previstos no art. 225 da Carta Magna, que estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Em relação ao temário desta Comissão, resta-nos apontar que iniciativas de sustentabilidade em projetos de habitação popular irão viabilizar a adoção de soluções para uso domiciliar de energia elétrica, de água tratada e de esgotamento que promoverão a economicidade e a eficiência no uso desses serviços. Não nos resta, senão, nos posicionarmos favoravelmente à matéria, acatando dispositivos de ambos os textos, e reconhecer que o Substitutivo oferecido pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável harmoniza adequadamente as duas propostas.

Em vista do exposto, nosso VOTO é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 731, de 2015, e pela APROVAÇÃO do apensado, Projeto de Lei nº 747, de 2015, na forma do SUBSTITUTIVO oferecido pela COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado LEUR LOMANTO JÚNIOR
Relator